

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	8
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	19
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	27
2.7 Destinação de resultados	28
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	34
2.10 Planos de negócios	35
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	40
5.2 Descrição dos controles internos	41
5.3 Programa de integridade	42
5.4 Alterações significativas	45
5.5 Outras informações relevantes	46

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, dos exercícios findos em 31/12/2022, 31/12/2021 e 31/12/2020. Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma.

A Companhia mantém seus livros e registros contábeis em Reais, a moeda funcional de suas operações no Brasil e de apresentação de suas demonstrações financeiras.

A discussão e análise sobre a situação financeira da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021, 2020 e respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou “IASB”. Essas demonstrações financeiras foram auditadas por PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de agosto de 2021, foi disponibilizado nos autos do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. despacho homologando a desistência do único recurso de apelação interposto contra a sentença de encerramento da Recuperação Judicial (proferida anteriormente pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Justiça Estadual do Rio de Janeiro e já objeto de comunicação ao mercado em 12 de novembro de 2020). O despacho determinou, ainda, que o cartório certifique o trânsito em julgado da referida sentença de encerramento da Recuperação Judicial.

A conclusão da Recuperação Judicial proporciona a Companhia diversas medidas positivas, incluindo, mas não se limitando a: (i) uma melhor estrutura de financiamento junto a fornecedores e bancos; (ii) melhor acesso a linhas de crédito, ampliando as possibilidades e alternativas junto a instituições financeiras; e (iii) viabilidade de captação de dívidas de longo prazo para realização de novos investimentos.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Para amenizar os efeitos da pandemia sobre o sistema de saúde nacional, os governos estaduais e municipais adotaram medidas de isolamento social, para restringir a movimentação de pessoas e a operação de certos negócios (“*lockdown*”), impactando de forma significativa a atividade econômica no Brasil.

As diversas medidas de eficiência implementadas em nossas operações, ao longo dos últimos anos, e as medidas adotadas de enfrentamento da pandemia nos últimos meses, contribuíram para que a Companhia pudesse enfrentar esse período de grandes adversidades e encerrasse o exercício de forma bastante positiva.

Em meados de março de 2020, foi estabelecido um Comitê de Crise nas empresas do Grupo para assegurar (i) proteção aos colaboradores e parceiros, (ii) segurança e continuidade das operações junto a clientes e fornecedores e (iii) liquidez da Companhia diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia, o que contribuiu para a continuidade do processo de desalavancagem financeira da operação.

Dentro das medidas relevantes tomadas, destacaram-se:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- a) as controladas se utilizaram da Lei 14.020/2020, que permitia a redução de jornada e salários, para ajustar suas operações, custos e despesas fixas, minimizando os impactos na demanda decorrentes da crise provocada pela Pandemia;
- b) paralisação temporária da produção industrial da unidade de Uberaba-MG, tendo em vista a baixa demanda momentânea de clientes;
- c) postergação parcial da remuneração dos membros da Administração;
- d) manutenção do regime de *home office*, nas atividades possíveis, de forma a evitar maior circulação de pessoas nos transportes públicos e em nossas unidades;
- e) adesão aos programas do Governo Federal para diferir e parcelar impostos; e
- f) renegociação com fornecedores para alongar, de forma temporária, prazos de pagamento

A Companhia ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pelo Covid-19 nas operações cujos efeitos incidiram principalmente nos meses de abril e maio deste ano. Apesar das adaptações feitas nas atividades em função da deflagração da pandemia do Covid-19, as operações da Companhia mantiveram suas atividades.

Adicionalmente, referente aos exercícios findos em 31/12/2022, 31/12/2021 e 31/12/2020, a Companhia vem apresentando consistência de resultados positivos, proporcionando sólida recuperação de suas condições financeiras, conforme pode ser observado através dos indicadores abaixo.

Indicadores (R\$ milhões)	2020	2021	2022
EBITDA Ajustado ¹	151,4	315,5	305,9
Patrimônio Líquido	341,0	529,7	688,0
Dívida Líquida ²	234,6	382,9	219,1
Dívida Líquida ² / EBITDA Ajustado ¹	1,5	1,2	0,7
Dívida Líquida ² / Patrimônio Líquido	0,7	0,7	0,3

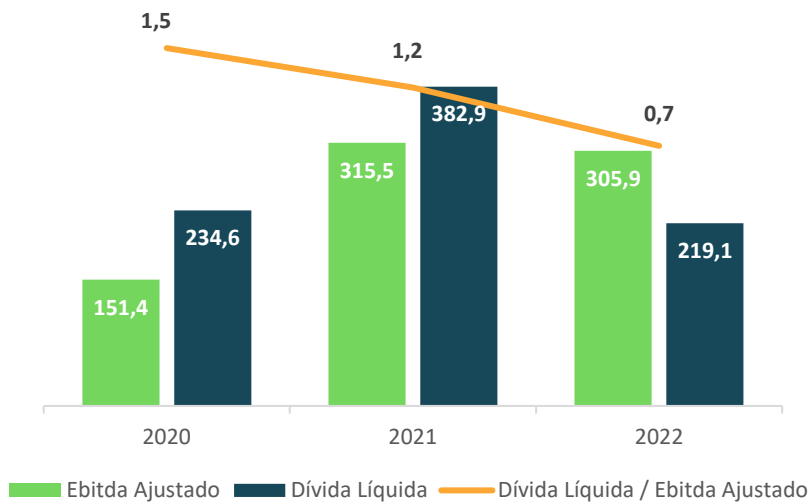
¹ EBITDA Ajustado para valores não recorrentes vide item 2.5

² Endividamento bancário e de impostos parcelados, excluídos passivos de arrendamento, líquido de caixa

Conforme demonstrado em tabela acima e gráficos abaixo, a relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado da Companhia foi de 1,5x em 2020 para 1,2x em 2021 e para 0,7x em 2022, configurando trajetória de melhora em seus resultados e na condição financeira da Companhia.

O Ebitda Ajustado da Companhia atingiu R\$ 305,9 milhões em 2022, registrando um crescimento de 102,0% em relação ao ano de 2020 e uma redução de 3,0% em comparação com o exercício anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia atua em constante exercício de otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de minimizar seus custos financeiros e maximizar o retorno aos acionistas.

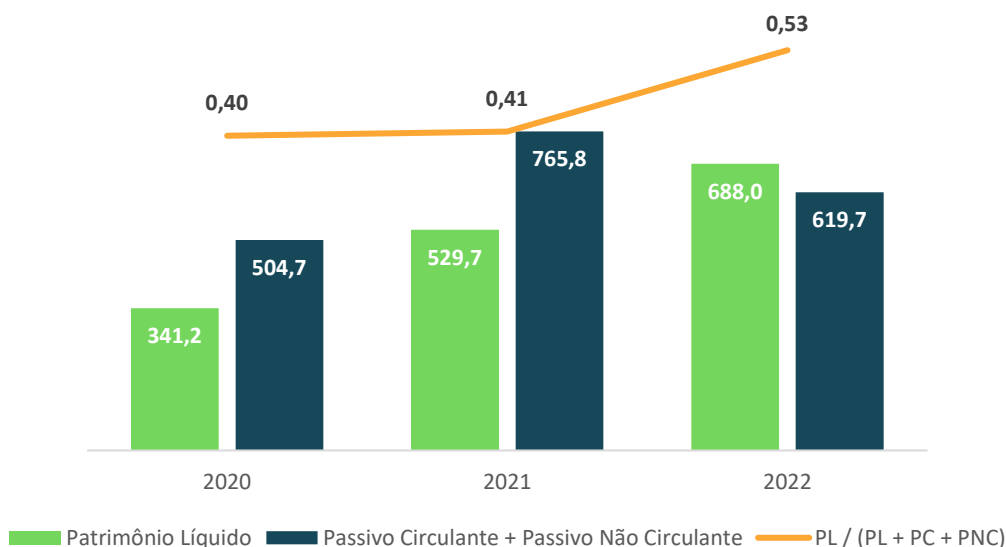
Dessa forma, em razão da destinação do resultado da Companhia no exercício de 2020, foi deliberado e aprovado em AGOE ocorrida no dia 28 de abril de 2021 a capitalização do excesso alocado à Reserva de Investimentos, bem como parte do saldo da mesma, no montante total de R\$ 57.950.337,62 (cinquenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), sem emissão de novas ações.

Por fim, mediante a reestruturação operacional e financeira da Companhia, os resultados demonstram melhoria da sua estrutura de capital e alavancagem nos últimos três anos, conforme exposto abaixo.

Indicadores (R\$ milhões)	2020	2021	2022
Patrimônio Líquido	341,2	529,7	688,0
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	504,7	765,8	619,7
<i>PL / (PL + Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)</i>	0,40	0,41	0,53

Em 2022 a Companhia apresentou aumento da posição de Patrimônio Líquido, saindo de R\$ 341,2 milhões em 31/12/2020 para R\$ 529,7 milhões em 31/12/2021 e R\$ 688,0 milhões em 31/12/2022, em decorrência do incremento no resultado apurado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia vem implementando diversas medidas para assegurar uma estrutura econômico-financeira equilibrada e sustentável a longo prazo, além da conclusão de sua reestruturação operacional e financeira, conforme destacadas abaixo:

- (i) melhoria nos indicadores de desempenho financeiro como receita, geração de caixa, lucro líquido e redução do grau de alavancagem financeira;
- (ii) unificação das estruturas administrativas das controladas para promover a redução de custos e aumento da sinergia entre as empresas da Companhia;
- (iii) adesão a parcelamentos especiais de impostos do Governo Federal (Refis da Crise, Refis da Copa, PRT, PERT), alongando o pagamento de débitos tributários em até 180 (cento e oitenta) meses, com substanciais reduções de multas, juros e encargos legais, inclusive com a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação, o que gerou expressiva economia fiscal;
- (iv) monetização de ativos não operacionais, com venda de partes do terreno de Benfica;

Tais iniciativas, visando enxugar a estrutura da Companhia e aperfeiçoar os processos produtivos, possibilitaram melhoria nos indicadores de liquidez da Companhia (i.e.: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral), proporcionando evolução da hígidez financeira em relação aos anos anteriores, conforme expostos abaixo.

Indicadores	2020	2021	2022
Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,65	1,98	2,73
(Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante	1,14	1,39	1,99
Caixa e Equivalentes / Passivo Circulante	0,19	0,23	0,69
(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)	1,68	1,69	2,11

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As investidas da Companhia utilizam operações de empréstimos bancários, bem como efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão dos produtos vendidos como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 17 de dezembro de 2021, as investidas Apolo Tubulars S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. firmaram abertura de crédito, com emissão de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto à Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, no valor total de até R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais). Os recursos em questão foram disponibilizados em 15 de março de 2022 e serão utilizados em: (i) aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, componentes e bens de informática e automação; (ii) capital de giro; e/ou (iii) aquisição de outros bens industrializados de fabricação nacional. A referida operação permite a Companhia suportar os planos de desenvolvimento de negócios das investidas e equilíbrio financeiro de sua estrutura de capital.

A composição de empréstimos da Companhia nos últimos anos está exposta no quadro abaixo.

Empréstimos (R\$ milhões)	2020	2021	2022
Em moeda nacional (concursais)	35	34	33
Em moeda nacional (extraconcursais)	48	198	246
Em moeda nacional (antecipação de recebíveis)	18	53	0
Em moeda estrangeira (concursais - indexados pela variação cambial)	4	50	18
Circulante	49	187	108
Não Circulante	56	149	189

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Como resultado da melhoria de seus indicadores operacionais e com a conclusão da reestruturação financeira, a Companhia se encontra em uma situação de crédito mais favorável com maior credibilidade perante instituições financeiras, fornecedores e parceiros. Para realizar investimentos em ativos circulantes, a Companhia usufrui da geração de recursos próprios e empréstimos de longo prazo suportar a ampliação de suas atividades e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de melhorias de processos e novas linhas de produtos.

Dessa forma, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 17 de dezembro de 2021, as investidas Apolo Tubulars e Apolo Tubos firmaram abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES no valor total de até R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais).

Os Diretores entendem que as fontes de financiamento para os investimentos aplicados pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento e alavancagem, preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e a capacidade de pagamento.

Adicionalmente, outras fontes de recursos como a venda de ativos não operacionais são consideradas pela Companhia.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Conforme destacado na tabela do item 2.1.(d) deste formulário, os principais empréstimos da Companhia foram segregados em 4 categorias. Segue abaixo lista apontando as características de tais dívidas.

(i) Empréstimos em moeda nacional – concursais

Foram dadas em garantia em determinados empréstimos concursais em moeda nacional a Cessão Fiduciária de recebíveis e a hipoteca de 2ª grau do terreno de Araucária. As taxas de juros variam conforme opção selecionada no âmbito do plano (INPC, TR + 1% a.a. e TR + 1,5% a.a.).

(ii) Empréstimo em moeda nacional - extraconcursais

As garantias para determinados empréstimos são a cessão de recebíveis e aval da controladora. As taxas de juros variam entre CDI + 3,83% a.a. até CDI + 8,34% a.a. e taxa pré de 11,89% a.a.

(iii) Antecipação de Recebíveis

A Companhia não detinha nenhum registro dessa categoria de empréstimo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Empréstimos em moeda estrangeira

A investida Apolo Tubulars mantém registrado os contratos de ACC corrigidos pela variação cambial + juros de 0,45% a.m.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Conforme mencionado anteriormente, foi celebrada abertura de linha de crédito pelas investidas Apolo Tubulars e Apolo Tubos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. Para o efetivo desembolso da linha de crédito contratada depende a satisfação de determinadas condições precedentes estabelecidas na Cédula de Crédito Bancário (“CCB”).

Adicionalmente, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 15 de março de 2022, as investidas da Companhia obtiveram a confirmação de que satisfazem todas as condições precedentes na CCB, obtendo nesta data a liberação dos recursos objeto da linha de crédito, no valor total de R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais).

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Comparação das principais contas das demonstrações financeiras

Principais Variações nas Demonstrações de Resultado:

1. Vendas Líquidas e Lucro Bruto

A Companhia apresentou aumento nas contas de Vendas Líquidas e Lucro Bruto na análise comparativa dos últimos três anos, saindo de R\$ 994,7 milhões e R\$ 215,9 milhões, respectivamente, em 2020 para R\$ 1.774,4 milhões e R\$ 369,4 milhões em 2021 e R\$ 2.098,1 milhões e R\$ 384,5 milhões em 2022. Os principais fatores para a evolução da posição de Vendas Líquidas e Lucro Bruto na comparação dos últimos três anos foram a ampliação das atividades operacionais das investidas da Companhia, no segmento aço e segmento químico que aumentaram as vendas e aperfeiçoaram os processos produtivos com melhoria da eficiência operacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A Companhia apresentou redução na conta de Outras Receitas (Despesas) Operacionais na comparação entre os anos de 2020 e 2022, reduzindo de R\$ 91,3 milhões em 2020 para R\$ 28,6 milhões em 2021 e para R\$ 70,5 milhões em 2022. Neste período a referida métrica é impactada por provisão e reversão de contingências, despesas com Pis e Cofins e incentivos fiscais. No exercício anterior, a reversão de Provisão para Contingências decorrente da obtenção de autorização judicial para recuperar o valor integral e atualizado dos depósitos judiciais, no montante de R\$ 78,7 milhões, realizados pela Companhia no âmbito do processo em que se discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS contribuiu para a melhora no resultado na comparação entre 2019 e 2020, ao passo que o ajuste de R\$ 52,8 milhões da conta de Propriedades para Investimento contribuiu para a diminuição da conta Outras Receitas (Despesas) Operacionais na comparação entre 2020 e 2021. Adicionalmente, após a identificação de precedentes desfavoráveis em processos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Companhia constituiu a provisão de R\$ 27,4 milhões referentes a créditos de precatórios na conta de Outras Receitas (Despesas) Operacionais, contribuindo também para a diminuição de referida conta na comparação entre 2020 e 2021.

3. Despesas Financeiras Líquidas

A Companhia apresentou aumento na conta de Despesas Financeiras Líquidas na comparação entre os anos de 2020 a 2022, o montante foi de R\$ 5,0 milhões em 2020 para R\$ 18,9 milhões em 2021, no exercício de 2022 a métrica de Despesas Financeiras Líquidas atingiu R\$ 56,1 milhões. Esse incremento no período decorre do aumento das despesas financeiras que foram superiores às receitas financeiras, que se mantiveram estáveis nesse período. As despesas financeiras são compostas por juros sobre financiamentos e variações cambiais sobre instrumentos que são diretamente impactados pela flutuação da taxa de juros e da cotação da taxa de câmbio, estes dois fatores aumentaram desde 2020 por conta do cenário macroeconômico do país.

Principais Variações nas Demonstrações de Fluxo de Caixa:

1. Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 201,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 48,5 milhões negativos em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução de estoques, reclassificação de ativos e ao crescimento das atividades operacionais da Companhia.

2. Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 18,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 48,8 milhões negativos em 2021. Essa variação é oriunda dos investimentos realizados em linha com a estratégia de expansão da Companhia e recebimento de R\$ 57,5 milhões referentes à alienação parcial de imóveis no bairro de Benfica na Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

3. Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 118,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 154,6 milhões negativos em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à amortização de empréstimos devidos que foi menor que o exercício anterior e, inclusive, o menor volume de captações.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os comentários a seguir refletem a visão da administração da Companhia quanto aos resultados operacional e financeiro, conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia. Os valores estão expressos em milhões de reais, salvo se indicado de outra forma. Vale ressaltar que as operações da Companhia estão concentradas em suas Controladas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O cenário econômico e político externo de 2022 foi de instabilidade com atenção especial para: (1) o conflito geopolítico da Ucrânia e Rússia, que são grandes players de commodities energéticas; (2) os EUA também sofrendo pressão inflacionária com tendência de alta da taxa de juros; e (3) a China com desaceleração da sua economia como efeito da pandemia da COVID. Já no cenário interno, o Brasil avançou no combate da inflação e a taxa de juros atingiu a sua máxima neste ciclo de alta.

Dentre os principais destaques do ano de 2022 em comparação com o exercício de 2021 estão:

- a) Consistência de resultados positivos refletida nos indicadores de desempenho:
 - i) Receita Bruta atingiu **R\$ 2,6 bilhões (+15,4%)** em 2022
 - ii) Lucro Bruto atingiu **R\$ 384,5 milhões (+4,1%)** em 2022
 - iii) EBITDA ajustado atingiu **R\$ 305,9 milhões (-3,0%)** em 2022 com margem de **14,6%**
 - iv) Dívida Líquida de **R\$ 219,1 milhões (-42,8%)** com índice de alavancagem de **0,7x** sobre EBITDA ajustado LTM
- b) Captação de R\$ 96 milhões da linha de crédito do Finame / BNDES pelas empresas do segmento aço, Apolo Tubos e Apolo Tubulars;
- c) Conclusão da alienação de dois imóveis não operacionais que totalizam uma área de 192,5 mil m² situados no bairro de Benfica, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelo valor de R\$ 60 milhões;
- d) Aprovação da Política Socioambiental e criação do Comitê “ESG” marcando o compromisso da Companhia com relação aos temas sociais, governança e sustentabilidade; e
- e) Ampliação da estrutura de acabamento de peças para o mercado fotovoltaico, duplicando a sua capacidade.

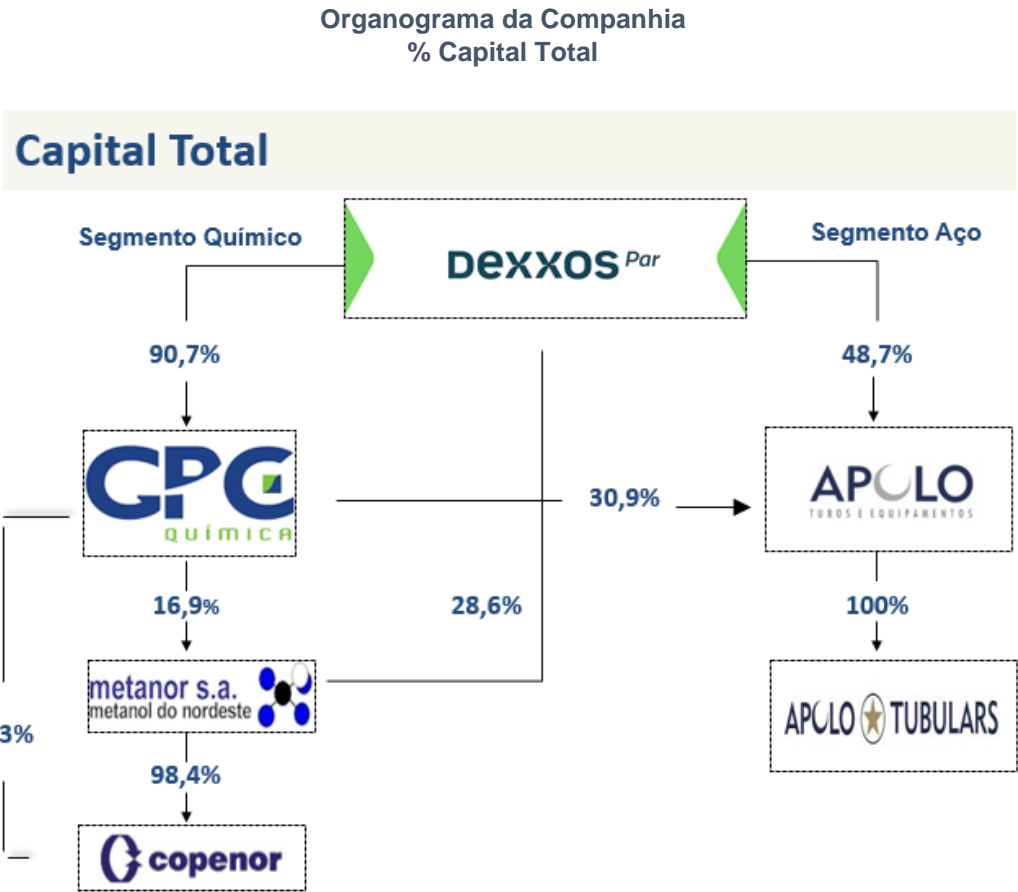
Considerações sobre as informações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste documento foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As informações aqui apresentadas correspondem às informações consolidadas da Companhia, exceto se explicitamente indicado. Os resultados dos segmentos Químico e Aço representam, respectivamente, os números da controlada GPC Química S.A. e os números consolidados da Apolo Tubos e Equipamentos S.A., empresas controladas pela Companhia por meio de participação direta, sem a eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Os resultados da Metanor S.A. são reconhecidos por equivalência patrimonial.

Abaixo o quadro societário resumido:

2.2 Resultados operacional e financeiro



2.2 Resultados operacional e financeiro

Dexxos Participações

(R\$mm, exceto quando indicado)	2022			2021		Variação		
	3T	4T	12M	4T	12M	4T22 x 3T22	4T ('22 x '21)	12M ('22 x '21)
Receita bruta	561,1	595,2	2.610,4	704,1	2.262,5	6,1%	(15,5%)	15,4%
Químico	357,5	343,3	1.623,4	483,2	1.422,6	(4,0%)	(29,0%)	14,1%
Aço	203,6	252,0	987,0	220,9	839,8	23,8%	14,1%	17,5%
Receita líquida	450,1	477,7	2.098,1	558,0	1.774,4	6,1%	(14,4%)	18,2%
Lucro bruto	71,1	95,6	384,5	96,8	369,4	34,5%	(1,2%)	4,1%
Margem bruta (%)	15,8%	20,0%	18,3%	17,3%	20,8%	4,2p.p.	2,7p.p.	(2,5p.p)
EBITDA	55,4	65,8	305,2	7,6	278,9	18,8%	769,8%	9,5%
Margem EBITDA (%)	12,3%	13,8%	14,5%	1,4%	15,7%	1,5p.p.	12,4p.p.	(1,2p.p)
Lucro líquido	34,8	41,5	179,9	21,7	229,7	19,3%	91,0%	(21,7%)
Margem líquida (%)	7,7%	8,7%	8,6%	3,9%	12,9%	1,0p.p.	4,8p.p.	(4,4p.p)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	52,5	72,6	305,9	83,7	315,5	38,2%	(13,3%)	(3,0%)
Margem EBITDA ajustada (%)	11,7%	15,2%	14,6%	15,0%	17,8%	3,5p.p.	0,2p.p.	(3,2p.p)
Lucro líquido ajustado⁽²⁾	28,1	40,1	157,9	55,4	185,3	42,3%	(27,7%)	(14,8%)
Margem líquida ajustada (%)	6,3%	8,4%	7,5%	9,9%	10,4%	2,1p.p.	(1,5p.p)	(2,9p.p)
Dívida líquida (ex. IFRS-16)^(3,4)	271,4	219,1	219,1	382,9	382,9	(19,3%)	(42,8%)	
Dív. Líq. (ex. IFRS-16) / EBITDA LTM ⁽⁵⁾	0,9x	0,7x	0,7x	1,2x	1,2x	(0,2x)	(0,5x)	

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B.1 deste documento.

Nota (2): Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores, ajustado para resultados não recorrentes, porém considerando seus respectivos impactos fiscais), vide Anexo B.4.

Nota (3): Considera a exclusão dos passivos de arrendamento.

Nota (4): Considera ajuste a valor presente dos empréstimos e passivo com fornecedores (RJ). Ver nota explicativa 2.2 (e) das DFs.

Nota (5): EBITDA ajustado considerando os últimos 12 meses ("EBITDA LTM").

2.2 Resultados operacional e financeiro

Destaques operacionais | Segmento Químico

GPC Química S.A. (100%)

(R\$mm, exceto quando indicado)	2022			2021		Variação		
	3T	4T	12M	4T	12M	4T22 x 3T22	4T ('22 x '21)	12M ('22 x '21)
Volume (kton)	107,5	105,7	432,0	117,2	443,3	(1,7%)	(9,8%)	(2,6%)
Receita bruta	357,5	343,3	1.623,4	483,2	1.422,6	(4,0%)	(29,0%)	14,1%
Receita líquida	286,9	275,9	1.294,0	381,2	1.126,7	(3,8%)	(27,6%)	14,9%
Lucro bruto	40,2	35,9	199,9	58,4	213,5	(10,7%)	(38,4%)	(6,4%)
Margem bruta (%)	14,0%	13,0%	15,5%	15,3%	19,0%	(1,0p.p)	(2,3p.p)	(3,5p.p)
EBITDA	36,9	32,9	197,0	(17,0)	156,9	(10,7%)	293,9%	25,5%
Margem EBITDA (%)	12,9%	11,9%	15,2%	(4,5%)	13,9%	(0,9p.p)	16,4p.p.	1,3p.p.
EBITDA ajustado⁽¹⁾	31,0	27,7	171,1	56,5	185,6	(10,6%)	(51,0%)	(7,8%)
Margem EBITDA ajustada (%)	10,8%	10,0%	13,2%	14,8%	16,5%	(0,8p.p)	(4,8p.p)	(3,3p.p)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B deste documento.

Desempenho Operacional do Segmento Químico

O segmento químico da Companhia teve um desempenho superior ao mercado global de painéis, seu principal nicho de atuação que segundo o IBÁ¹, recuou 11,8% de 2021 para 2022, com o mercado doméstico caindo 14,8% nesse período. Na comparação entre o 4º trimestre de 2022 com o 4º trimestre de 2021, o mercado total de painéis de madeira reduziu 18,5%, com redução da demanda doméstica de 15,3% enquanto as exportações brasileiras recuaram 42,8%. Mais recentemente, no 4º trimestre de 2022 o mercado total registrou queda 6,3% contra o trimestre anterior, enquanto o mercado doméstico recuou 5,2%.

O **Volume de Vendas** da GPC Química em 2022 apresentou redução de 2,6%, pois apesar do maior recuo observado no mercado de painéis de madeira, a Companhia apresentou melhor desempenho a partir da diversificação de receitas com a contribuição da participação de produtos intermediários². Na comparação do 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, houve redução de 9,8% das vendas (ou 11,5 kton). Já com relação ao 3º trimestre do mesmo ano houve redução de 1,7%, (ou 1,8 kton), impactado pela retração do mercado no último trimestre do ano.

A **Receita Líquida** de 2022 atingiu R\$ 1.294,0 mi, representando um acréscimo de 14,9% (ou R\$ 167,4 mi) em relação aos R\$ 1.126,7 mi de 2021. O preço líquido médio subiu 17,9% no período, acompanhando o aumento do preço das matérias primas, principalmente da ureia. Em relação ao 4º trimestre de 2021 a **Receita Líquida** caiu 27,6% (ou R\$ 105,2 mi) no 4T22 e na comparação com o 3T22 a **Receita Líquida** caiu 3,8% (ou R\$ 10,9 mi), sendo que, em ambos os casos, os resultados refletem a redução do volume e preço líquido médio, impactado também pelo mix de vendas.

O **Lucro Bruto** de 2022 caiu 6,4% (ou R\$ 13,6 mi) em comparação com o ano anterior, saindo de R\$ 213,5 mi para R\$ 199,9 mi. Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, o **Lucro Bruto** caiu 38,4% (ou R\$ 22,4 mi). Na comparação com o trimestre anterior, o **Lucro Bruto** reduziu 10,7% (ou R\$ 4,3 mi), refletindo o arrefecimento do mercado de painéis de madeira durante o ano de 2022 após o crescimento de 13,2% deste setor em 2021.

O **EBITDA ajustado** de 2022 alcançou R\$ 171,1 mi, contra R\$ 185,6 mi do ano anterior, redução de 7,8% (ou R\$ 14,5 mi), em linha com o comportamento do **Lucro Bruto**. Cabe registrar que, mesmo com a desaceleração do mercado neste ano, a taxa de crescimento anual composta do Ebitda ajustado foi de 38,7% nos últimos 5 anos. Adicionalmente, não obstante ao comportamento do mercado de painéis que recuou 11,8% em 2022, o segmento químico manteve a consistência de resultados. Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, o **EBITDA ajustado** caiu 51,0% (ou R\$ 28,8 mi) e, ainda assim, o desempenho do ano permaneceu nos mesmos patamares de 2021, demonstrando a resiliência das operações

¹ IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores – www.iba.org

² Derivados de Metanol.

2.2 Resultados operacional e financeiro

no segmento químico no longo prazo. Em comparação com o trimestre anterior, o resultado apresentou redução de 10,6% (ou R\$ 3,3 mi) acompanhando o recuo do lucro bruto no trimestre.

Destaques operacionais | Segmento Aço

Apolo Tubos e Equipamentos S.A. - Consolidado (100%)

(R\$m, exceto quando indicado)	2022			2021		Variação		
	3T	4T	12M	4T	12M	4T22 x 3T22	4T ('22 x '21)	12M ('22 x '21)
Volume (kton)	16,9	18,0	77,4	17,6	74,6	6,8%	2,2%	3,7%
Receita bruta	203,6	252,0	987,0	220,9	839,8	23,8%	14,1%	17,5%
Receita líquida	163,2	201,8	804,1	176,8	647,7	23,6%	14,1%	24,1%
Lucro bruto	30,9	59,7	184,6	38,4	155,9	93,3%	55,5%	18,4%
Margem bruta (%)	18,9%	29,6%	23,0%	21,7%	24,1%	10,7p.p.	7,9p.p.	(1,1p.p)
EBITDA	26,0	45,1	140,5	28,1	155,9	73,4%	60,5%	(9,9%)
Margem EBITDA (%)	15,9%	22,4%	17,5%	15,9%	24,1%	6,4p.p.	6,5p.p.	(6,6p.p)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	24,1	45,9	142,5	29,8	137,2	90,6%	54,3%	3,8%
Margem EBITDA ajustada (%)	14,8%	22,7%	17,7%	16,8%	21,2%	8,0p.p.	5,9p.p.	(3,5p.p)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B deste documento.

Desempenho Operacional do Segmento Aço

Mercado de Construção Civil: o setor iniciou um ciclo de crescimento no segundo semestre de 2021 e cresceu cerca de 7% em 2022. Dentre os principais fatores que podem impactar a dinâmica do mercado estão a evolução da inflação e da taxa de juros³.

Mercado de Energia Fotovoltaica: a Companhia, em sua busca por diversificação, identificou o potencial de fornecimento e, nos últimos anos, se estruturou para atender este mercado, que hoje representa quase 20% do portfólio do segmento aço. Segundo a ABSOLAR, a capacidade de usinas e sistema de geração própria de energia fotovoltaica apresentou crescimento de 59,4% em 2022⁴.

Mercado O&G: as atividades *onshore* na indústria de óleo e gás, principal nicho de atuação da Companhia, têm sido beneficiadas por diversas iniciativas que, juntamente com o programa REATE⁵ (Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres), têm o potencial de promover o setor. Na exportação, os principais mercados de atuação da Companhia estão na América do Sul, Canadá e EUA, sendo que este último é regulado pelo governo americano por meio do sistema de cotas de importação.

O **Volume de Vendas** de 2022 cresceu 3,7% (ou 2,8 kton), em comparação com o ano anterior. Observa-se que a redução das vendas para o mercado de construção civil e indústria foi compensada pelo aumento de vendas para o segmento fotovoltaico e exportações para o segmento de óleo e gás. Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021 houve incremento de 2,2% (ou 0,4 kton), com crescimento de vendas em quase todos os segmentos, exceto nas exportações, cujas vendas de 2022 apresentaram maior concentração no 1º semestre, enquanto as exportações de 2021 tiveram maior concentração na segunda metade do ano. Na comparação com o trimestre anterior o aumento foi de 6,8% (ou 1,2 kton).

A **Receita Líquida** de 2022 atingiu R\$ 804,1 mi, representando um acréscimo de 24,1% (ou R\$ 156,4 mi) com relação aos R\$ 647,7 mi de 2021. Adicionalmente ao aumento de volumes, o preço líquido médio subiu 19,7% no período, em consonância com a variação de mix de vendas. Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, a **Receita Líquida** subiu 14,1% (ou R\$ 25,0 mi). Em relação ao trimestre anterior, a **Receita Líquida** subiu 23,6% (ou R\$ 38,6 mi), sendo que em ambos os casos o crescimento foi impulsionado pelo volume de vendas e pelo aumento do preço líquido médio, refletindo as condições de mercado.

O **Lucro Bruto** no ano de 2022 subiu 18,4% (ou R\$ 28,7 mi), de R\$ 155,9 mi para R\$ 184,6 mi. Comparando o 4º trimestre de 2022 contra o 4T21 e o 3T22, o **Lucro Bruto** cresceu 55,5% (ou

3 Agência CBIC – 10/02/23. Construção civil cresce mas taxa de juros preocupa

4 <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/top-sun/top-sun-energia-solar/noticia/2023/01/20/marca-historica-brasil-ultrapassa-22-gw-de-energia-solar-em-2022.ghtml>

5 <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/reate-2020>

2.2 Resultados operacional e financeiro

R\$ 21,3 mi) e 93,3% (ou R\$ 28,8 mi), respectivamente, como resultado do aumento de volume, recomposição de margem e mix de vendas.

O **EBITDA ajustado** de 2022 alcançou R\$ 142,5 mi, contra R\$ 137,2 mi do exercício anterior, aumento de 3,8% (ou R\$ 5,3 mi). Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, o **EBITDA ajustado** subiu 54,3% (ou R\$ 16,2 mi), e na comparação com o trimestre anterior, subiu 90,6% (ou R\$ 21,8 mi). O **EBITDA ajustado** nos períodos destacados teve movimento positivo influenciado pelo crescimento do **Lucro Bruto**.

Holding e Coligadas

Em adição aos resultados dos dois principais negócios, a controladora Dexas, holding não operacional, apresentou despesas de R\$ 6,6 mi, em 2022, superiores em R\$ 0,5 mi às despesas de 2021, que totalizaram R\$ 6,1 mi. O resultado da equivalência patrimonial das coligadas foi de R\$ 9,7 mi, majoritariamente em razão do lucro líquido de R\$ 21,9 mi apurado pela Metanor.

Diante do contexto previamente explicitado, a Dexas apurou **Lucro Líquido ajustado** de R\$ 157,9 mi em 2022, frente à R\$ 185,3 mi registrados no mesmo período de 2021, resultando em redução de 14,8% (ou R\$ 27,4 mi), com impacto da alta de juros no resultado financeiro. Com relação ao **EBITDA ajustado**, a Companhia atingiu R\$ 305,9 mi, apresentando uma redução de 3,0% sobre 2021, que foi de R\$ 315,5 mi.

Endividamento

No 4º trimestre de 2022, a Companhia reduziu a sua dívida líquida em R\$ 52,3 mi com relação ao trimestre anterior e R\$ 163,8 mi com relação ao fechamento de 2021. O indicador de alavancagem, Dívida Líquida sobre EBITDA LTM, atingiu 0,7x, em comparação com 1,2x registrado em 2021 e 0,9x no terceiro trimestre de 2022.

A dívida bruta é composta por 65,1% de dívidas de longo prazo, com as dívidas fiscais representando cerca de 25,8% da dívida bruta total.

Endividamento (R\$ mm)	4T22	3T22	2T22	1T22	4T21	4T20	4T19	4T18	4T17	4T16	4T15
Dívida bruta	428,9	446,9	471,0	539,1	494,6	280,0	346,9	355,5	342,8	421,5	528,4
Curto prazo	149,5	151,8	147,8	200,2	232,3	95,1	153,3	127,3	116,7	150,3	325,5
Bancos	107,6	107,8	103,6	118,6	133,7	30,6	68,1	60,3	38,6	66,5	211,9
Antecipação de Recebíveis ⁽¹⁾	—	—	—	37,0	53,1	18,1	50,7	33,7	27,3	17,4	26,7
Impostos	38,5	40,7	40,7	41,3	42,2	42,5	29,9	31,9	49,8	37,3	33,1
Fornecedores (RJ)	0,8	0,7	1,0	0,7	0,7	0,7	2,0	1,5	0,9	29,2	53,8
Passivos de arrendamento ⁽²⁾	2,6	2,5	2,5	2,5	2,7	3,2	2,5	—	—	—	—
Longo prazo	279,4	295,1	323,2	339,0	262,2	185,0	193,7	228,2	226,1	271,2	202,8
Bancos ⁽³⁾	188,9	198,4	219,1	228,4	148,7	56,4	42,3	67,5	67,6	84,0	21,8
Impostos	72,3	77,8	84,3	90,5	93,5	119,3	142,2	154,2	151,5	184,2	181,1
Fornecedores (RJ) ⁽³⁾	9,8	9,8	9,9	9,4	9,0	7,6	5,9	6,5	7,1	3,0	—
Passivos de arrendamento ⁽²⁾	8,5	9,2	9,9	10,7	11,0	1,7	3,3	—	—	—	—
Caixa e equivalentes de caixa	198,8	163,8	119,4	216,2	97,9	40,6	12,0	21,4	19,1	1,6	1,7
Dívida líquida	230,2	283,1	351,6	323,0	396,6	239,4	335,0	334,1	323,7	419,9	526,7
(-) Passivos de arrendamento	(11,1)	(11,7)	(12,4)	(13,1)	(13,7)	(4,8)	(5,8)	—	—	—	—
Dívida líquida (ex. IFRS-16)	219,1	271,4	339,2	309,9	382,9	234,6	329,1	334,1	323,7	419,9	526,7
EBITDA LTM	305,9	317,0	357,3	355,9	315,5	151,4	80,7	70,8	34,9	45,4	25,9
Dív. Lq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,7x	0,9x	0,9x	0,9x	1,2x	1,5x	4,1x	4,7x	9,3x	9,3x	20,4x

Nota (1): Até 2018 as antecipações de recebíveis eram contabilizadas nas contas a receber e não no passivo de curto prazo. Na tabela acima foi feito um ajuste pro-forma para refletir as antecipações de recebíveis no passivo circulante desde 2015.

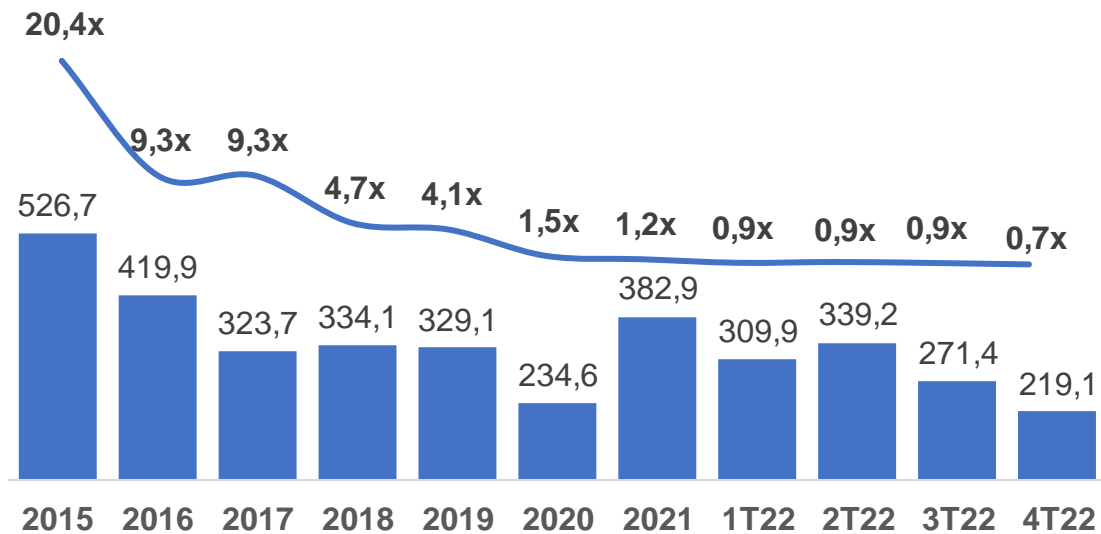
Nota (2): A partir de 2019, a Companhia adotou a metodologia do IFRS-16 e passou a contabilizar o arrendamento como um passivo.

Nota (3): Ajuste a valor presente em empréstimos e fornecedores (RJ) considerado retroativamente desde dezembro de 2016. Vide nota explicativa 2.2 (e) das DFs.

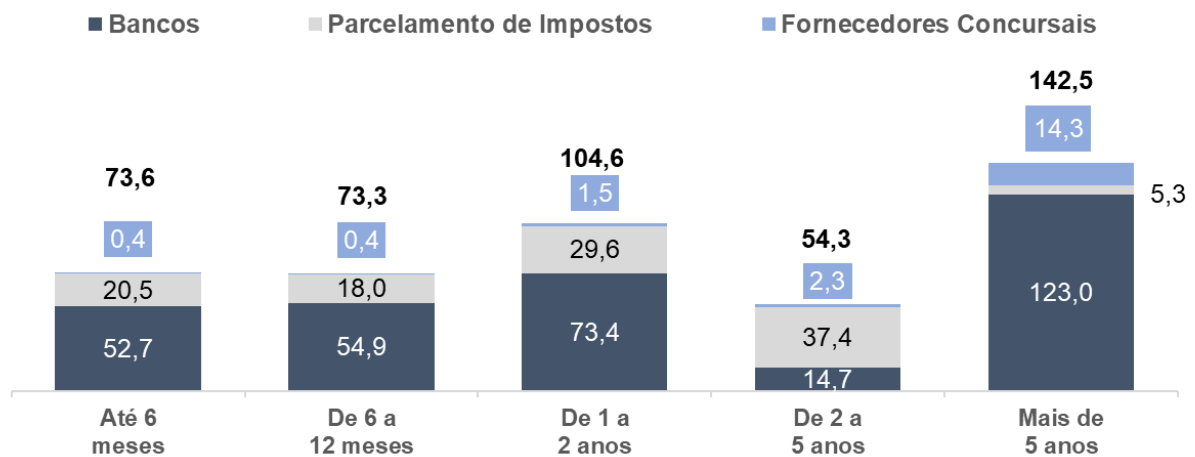
Nota (4): Abertura da dívida líquida por empresa no 4T22 no ANEXO C deste documento.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Evolução da dívida líquida (ex. IFRS-16) e da relação dívida líquida (ex. IFRS-16) por EBITDA LTM (Em R\$ milhões)



Cronograma de amortização⁽¹⁾ e perfil da dívida (ex. IFRS-16) (Em R\$ milhões)



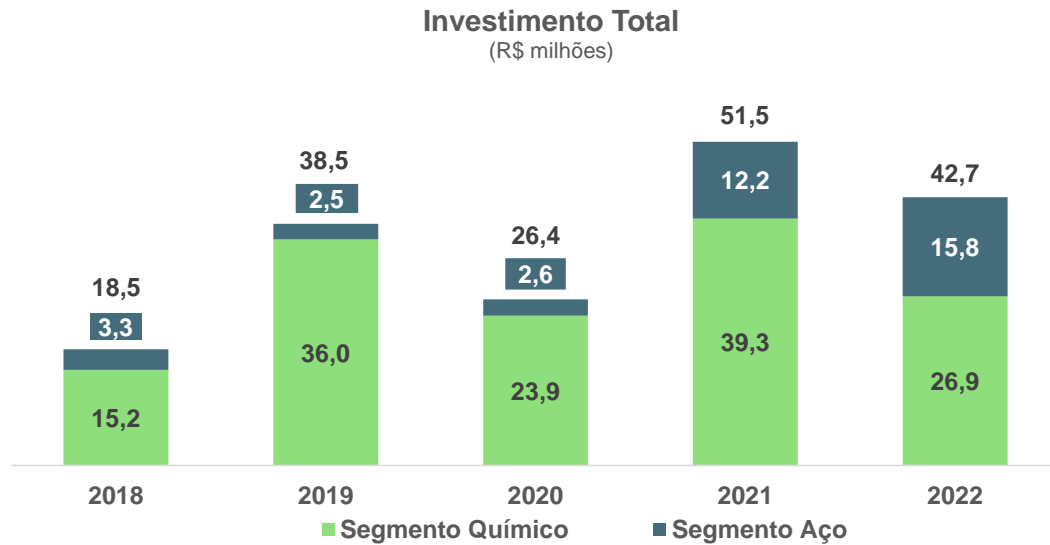
Nota (1): A diferença entre o valor da dívida no cronograma de amortização e no balanço patrimonial é o ajuste a valor presente: (i) Bancos = R\$ 22,2 mi; (ii) Fornecedores (RJ) = R\$ 8,4 mi.

A Companhia reduziu a sua dívida líquida em 19,3%, na comparação com o trimestre anterior e 42,8% na comparação com 2021, atingindo 0,7x em relação ao EBITDA LTM. O custo médio atual da Dívida Bruta foi de 13,9%, 0,5 p.p. abaixo do custo do trimestre anterior, influenciado pela redução dos índices de inflação.

Investimentos

Com a evolução do processo de reestruturação operacional e financeira da Companhia, o programa de investimentos foi intensificado visando o crescimento de receitas nos segmentos químico e aço. Nos últimos 5 anos os investimentos totalizaram R\$ 177,7 mi, sendo R\$ 42,7 mi somente no último ano.

2.2 Resultados operacional e financeiro



No segmento aço, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio, impulsionado principalmente pelo fornecimento de estruturas com valor agregado para o mercado de energia fotovoltaica e iniciativas de ganho de produtividade. Como resultado, em 2022, este segmento representou 37,0% dos investimentos totais da Companhia, incremento significativo em relação a 2021 em que representou 23,7%.

Em paralelo, os investimentos no segmento químico registraram R\$ 26,9 mi em 2022 consolidando o processo de expansão realizado nos últimos anos duplicando a capacidade instalada de produção de formol e resinas. Esses investimentos fortalecem o posicionamento estratégico da Companhia, permitindo a expansão de suas atividades e melhoria da eficiência operacional.

A Companhia segue atenta às oportunidades de geração de valor e diversificação de portfólio, em ambos os segmentos, mantendo a disciplina na alocação de capital e sustentabilidade a longo prazo de suas operações.

Outros Ativos Não Operacionais

A GPC Química detém um imóvel localizado na Avenida Brasil, Rio de Janeiro - RJ, onde operava uma indústria de metanol. Nos últimos anos, a Companhia monetizou partes do terreno por um valor de aproximadamente R\$ 60 mi. Adicionalmente, a Companhia celebrou acordo comercial para alienação de áreas adicionais, pelo valor de R\$ 60 mi, já tendo recebido R\$ 57,5 mi em 2022. A Companhia segue avaliando a realização de área remanescente, de aproximadamente 20.000 m².

Desempenho ESG

Em linha com a visão de desenvolver negócios sustentáveis a longo prazo, a Dexas divulga a seguir informações relativas ao tema ESG (sigla em inglês para os aspectos ambientais, sociais e de governança), destacando os itens de maior materialidade para os setores de sua atuação, com o compromisso de seguir aprimorando o monitoramento dos indicadores, visando a evolução constante acerca do assunto.

TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES

GRI403-9

A Companhia apresentou um total de 16 acidentes com afastamento em suas operações em, aproximadamente, 1,9 milhão hora-homem-trabalhadas no ano de 2022, resultando na taxa de 1,66 acidentes com afastamento para cada 200 mil horas trabalhadas. A Companhia segue

2.2 Resultados operacional e financeiro

realizando e intensificando treinamentos e reuniões focados na segurança do trabalho, como forma de reforçar o comprometimento interno com a temática em questão.

Taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFA)	2022	2021	2022 x 2021
Segmento Químico	1,30	1,61	-19,2%
Segmento Aço	1,83	1,43	28,3%
Total	1,66	1,49	11,7%

Adicionalmente, ao final de 2022 a Companhia, em conjunto com suas empresas controladas, mantinha todos os funcionários cobertos por sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional auditado internamente, totalizando aproximadamente 870 funcionários resguardados.

CONSUMO DE ÁGUA

GRI 303-5

O consumo de água decorrente das operações da Companhia é majoritariamente proveniente de águas superficiais fornecida por concessionárias, seguido por águas subterrâneas (poços artesianos). Durante o ano de 2022, o consumo total de água foi de 512.201 m³, o que representou uma redução de 14,0% em relação ao exercício anterior, conforme quadro abaixo.

Consumo de água (m³)	2022	2021	2022 x 2021
Água de superfície	301.683	379.940	-20,6%
Água subterrânea	210.518	215.976	-2,5%
Total	512.201	595.916	-14,0%
Água de reuso (m ³)	142.938	225.896	-36,7%
Água de reuso (%)	27,9%	37,9%	-10,0 p.p.

Adicionalmente, a Companhia manteve o emprego de água de reuso em patamares significativos ao longo do ano de 2022 (27,9%), o que permite o uso sustentável de recursos hídricos, a redução de esgoto lançado e o aumento de disponibilidade de água potável por meio da reciclagem de efluentes.

CONSUMO DE ENERGIA

GRI 302-1

O consumo de energia oriunda das operações da Companhia é proveniente do fornecimento recebido através das concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Em 2022 o consumo total de energia da Companhia e suas controladas foi de 236.626 gigajoules (GJ), o que representa uma redução de 7,7% em relação ao exercício anterior, conforme quadro abaixo.

Consumo de energia (GJ)	2022	2021	2022 x 2021
Segmento Químico	134.438	150.037	-10,4%
Segmento Aço	102.188	106.293	-3,9%
Total	236.626	256.331	-7,7%

Vale ressaltar que o consumo de energia proveniente das operações da Companhia guarda elevada correlação com o *mix* de produtos e o volume de produção.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Adicionalmente, Companhia vem desenvolvendo iniciativas em seus sites fabris visando à eficiência energética para contenção do consumo de energia como a troca de equipamentos e a readequação de instalações, dentre outras.

GOVERNANÇA CORPORATIVA GRI102-5

A Dexas tem o compromisso de manter elevado padrão de integridade e transparência, visando assegurar que seus negócios sejam conduzidos à luz das normas legais, da ética e das melhores práticas de governança corporativa.

Com efeito, adotou as medidas abaixo para consolidar essa agenda:

- Migrou para o Nível 1 de Governança Corporativa da B3
- Criou *Tag-along* para 100% das ações de sua emissão
- Possui 40% de membros independentes no seu Conselho de Administração
- Instituiu seu programa de *Compliance* com a criação do seu Código de Ética e Conduta
- Criou um canal de denúncias independente, que garante o anonimato dos seus usuários
- Instituiu suas Políticas de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia e de Divulgação de Ato e Fato Relevante

No decorrer de 2022, a Dexas reafirmou seu compromisso com as boas práticas de sustentabilidade em seus negócios e com o bem-estar social instituindo a sua Política Socioambiental e criando o Comitê “ESG” (*Environmental Social and Governance*), para assessorar o seu Conselho de Administração na gestão de questões socioambientais e de governança.

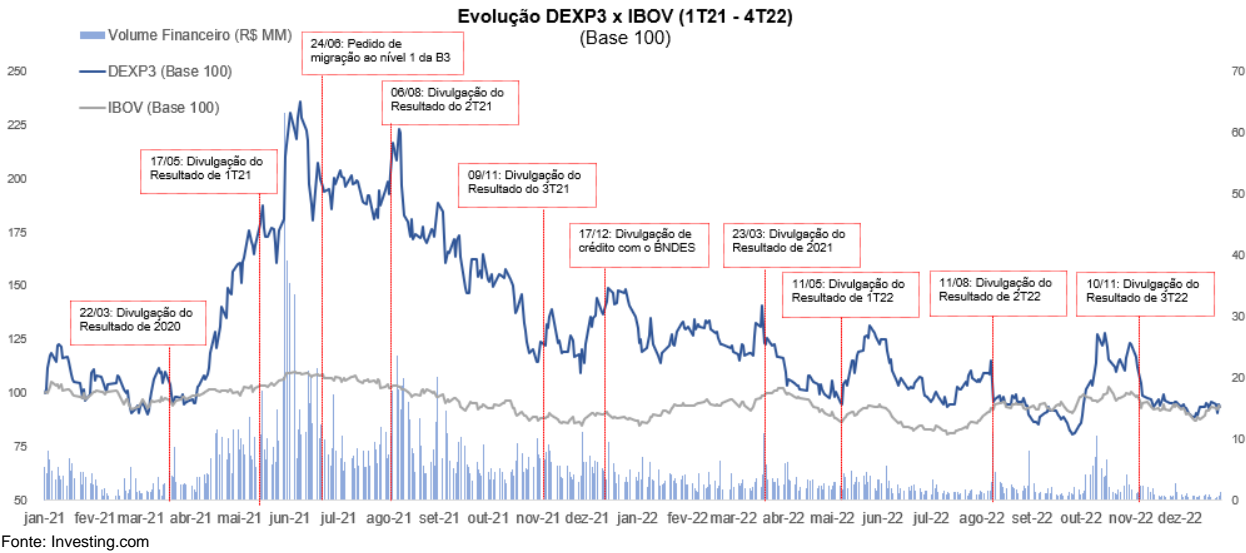
Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Dexas Participações encerraram o pregão de 29 de dezembro de 2022 com uma cotação de R\$ 6,89 por ação, apresentando uma valorização de 14,8% com relação à cotação de 30 de setembro de 2022, que foi de R\$ 6,00. Neste mesmo horizonte de análise, o índice Ibovespa apresentou valorização de 1,0%. O volume financeiro médio negociado por dia das ações ordinárias da Companhia durante o 4º trimestre de 2022 foi de R\$ 1,9 mi se mantendo estável em relação ao trimestre imediatamente anterior que registrou R\$ 1,9 mi de volume financeiro médio. No encerramento do trimestre, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 643,9 mi, considerando as ações ordinárias e preferenciais. Do último dia do 4T22 até o dia 28 de fevereiro de 2023, as ações ordinárias da Dexas tiveram valorização de 10,7%, enquanto o Ibovespa recuou 4,4%. O valor de mercado da Dexas, em 28 de fevereiro de 2023, estava em R\$ 712,0 mi.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Mercado de Capitais	4T22
Valor de mercado (R\$ mi) - 28/02/23	712,01
Valor de mercado (R\$ mi) - 29/12/22	643,89
Cotação média diária (R\$/ação)	7,51
Volume médio/dia (R\$ mi)	
4º trimestre de 2022	1,9
3º trimestre de 2022	1,9
2º trimestre de 2022	2,8
1º trimestre de 2022	3,4

Fonte: Investing.com.
Nota 3: O valor de mercado considera o total de ações, ordinárias e preferenciais.



2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Dessa forma, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas no ano de 2022 em comparação às adotadas no exercício de 2021.

Adicionalmente, em 2021 foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados com determinados passivos (substancialmente fornecedores, empréstimos e partes relacionadas) que, após a homologação do plano de recuperação judicial ocorrido em setembro de 2016, tiveram seus prazos de pagamento e suas taxas de juros substancialmente aumentados e diminuídos, respectivamente, em relação àqueles originalmente contratados, porém, não foram contabilizados à época por um valor que reflita o valor presente de um fluxo de pagamentos quando comparados com prazos e condições equivalentes às praticadas no mercado. A Companhia concluiu que os saldos mencionados acima não demonstravam o valor presente do fluxo de pagamentos desses passivos, conforme entendimento anteriormente adotado.

Como consequência, para esses passivos relacionados à recuperação judicial, foram efetuados ajustes nos balanços patrimoniais, individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e em 1º de janeiro de 2020, nas rubricas de fornecedores, empréstimos e partes relacionadas, assim como os correspondentes impactos tributários diferidos.

Além dos ajustes mencionados e, para refletir de forma mais adequada os prazos de liquidação dos saldos, foram reclassificados parte do saldo de empréstimos e fornecedores do passivo circulante para o passivo não circulante.

Adicionalmente, as alterações introduzidas pela adoção de novas práticas contábeis foram evidenciadas na Nota Explicativa 1.1(d) das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Companhia.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas e/ou parágrafo de ênfase no parecer do auditor.

Segue transcrito abaixo as responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

“Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o*

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- *Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
- *Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.*
- *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*
- *Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção supervisão e desempenho da auditoria do grupo e conseqüentemente, pela opinião de auditoria.”*

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu nos últimos três anos e não existe previsão de ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participações societárias

Não ocorreu nos últimos três anos e não existe previsão de ocorrer constituição, aquisição ou alienação de participações societárias.

c) eventos e operações não usuais

Conforme quadro abaixo, em 2022, destacamos o ajuste de propriedade para investimento reconhecido para adequar o valor justo do ativo, a referida propriedade é um imóvel situada no bairro de Benfica, Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Conforme quadro acima, em 2021, destacamos (i) o reconhecimento dos créditos referente ao processo que trata a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS; (ii) a reavaliação de propriedade para investimento decorrente de alienação de terreno da GPC Química não explorado no desenvolvimento de suas atividades produtivas; e (iii) a provisão para perda de crédito de precatório (Guaxupé) decorrente da identificação de precedentes desfavoráveis em processos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça como eventos e operações não usuais aos negócios da Companhia.

Em 2020, destacamos (i) a reversão de Provisão para Contingências proveniente de decisão judicial favorável que autorizou o levantamento dos depósitos judiciais na ação de discussão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS efetuados no período de 2006 a 2017, tornando líquido e certo seu direito sobre o ganho, transitado em julgado da referida ação; e (ii) respectivos honorários de êxito.

Dexxos Participações (consolidado)

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(Em milhões de reais)

	Dexxos Participações		
	2020	2021	2022
Lucro do período antes das participações minoritárias	143,9	229,7	179,9
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	27,2	5,5	43,5
(+) Despesas Financeiras Líquidas	5,0	18,9	56,1
(+) Depreciações e Amortizações	24,4	24,8	25,7
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	200,4	278,9	305,2
(-) Equivalência Patrimonial	-8,1	-15,8	-9,7
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	-	-	-
Crédito de PIS e COFINS s/ ICMS	-	-35,8	-
Reversão Provisão para Contingências	-65,0	-	-
Ajuste Propriedade para Investimentos	5,2	52,8	3,7
Ajuste REFIS IV	-	-	-
Honorários de Êxito	18,0	4,6	2,9
Honorários Adm Judicial	-	4,2	1,4
Provisão Crédito Guaxupé	-	27,4	-
Honorários Sucumbência	-	-	3,2
Comissão venda terreno	-	-	1,1
Creditos de Pis e Cofins	-	-	-1,9
Outros Ajustes	0,8	-0,7	-
LAJIDA / EBITDA Ajustado	151,4	315,5	305,9

2.5 Medições não contábeis

a) valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) Ajustado e o Lucro líquido Ajustado como formas de medição de resultado não contábeis em suas informações financeiras, bem como a Dívida líquida (ex-IFRS16) e a Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM como formas de medição de endividamento e alavancagem não contábeis em suas informações financeiras.

(i) LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) Ajustado e Lucro líquido Ajustado

O LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) ou EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com as suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido antes de (i) do resultado financeiro líquido; (ii) do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro; e (iii) das despesas de depreciação e amortização.

Em adição ao LAJIDA (EBITDA) divulgado em consonância à Resolução CVM 156, a Companhia divulga medição de LAJIDA (EBITDA) Ajustado, tendo por objetivo representar o quanto a Companhia gera de recursos através de suas operações recorrentes, excetuando a ocorrência de eventos pontuais.

O Lucro líquido é o rendimento real da Companhia. Ele é determinado através do cálculo da diferença entre o valor total de suas receitas e o valor total de seus custos e despesas.

Em adição ao Lucro líquido divulgado, a Companhia divulga medição de Lucro líquido Ajustado, tendo por objetivo representar o rendimento real da Companhia gerado através de suas operações recorrentes, excetuando a ocorrência de eventos pontuais.

Dexxos Participações

(R\$mm, exceto quando indicado)	2022			2021		Variação		
	3T	4T	12M	4T	12M	4T22 x 3T22	4T ('22 x '21)	12M ('22 x '21)
Receita bruta	561,1	595,2	2.610,4	704,1	2.262,5	6,1%	(15,5%)	15,4%
Químico	357,5	343,3	1.623,4	483,2	1.422,6	(4,0%)	(29,0%)	14,1%
Aço	203,6	252,0	987,0	220,9	839,8	23,8%	14,1%	17,5%
Receita líquida	450,1	477,7	2.098,1	558,0	1.774,4	6,1%	(14,4%)	18,2%
Lucro bruto	71,1	95,6	384,5	96,8	369,4	34,5%	(1,2%)	4,1%
Margem bruta (%)	15,8%	20,0%	18,3%	17,3%	20,8%	4,2p.p.	2,7p.p.	(2,5p.p.)
EBITDA	55,4	65,8	305,2	7,6	278,9	18,8%	769,8%	9,5%
Margem EBITDA (%)	12,3%	13,8%	14,5%	1,4%	15,7%	1,5p.p.	12,4p.p.	(1,2p.p.)
Lucro líquido	34,8	41,5	179,9	21,7	229,7	19,3%	91,0%	(21,7%)
Margem líquida (%)	7,7%	8,7%	8,6%	3,9%	12,9%	1,0p.p.	4,8p.p.	(4,4p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	52,5	72,6	305,9	83,7	315,5	38,2%	(13,3%)	(3,0%)
Margem EBITDA ajustada (%)	11,7%	15,2%	14,6%	15,0%	17,8%	3,5p.p.	0,2p.p.	(3,2p.p.)
Lucro líquido ajustado⁽²⁾	28,1	40,1	157,9	55,4	185,3	42,3%	(27,7%)	(14,8%)
Margem líquida ajustada (%)	6,3%	8,4%	7,5%	9,9%	10,4%	2,1p.p.	(1,5p.p.)	(2,9p.p.)
Dívida líquida (ex-IFRS-16)^(3,4)	271,4	219,1	219,1	382,9	382,9	(19,3%)	(42,8%)	
Dív. Líq. (ex-IFRS-16) / EBITDA LTM ⁽⁵⁾	0,9x	0,7x	0,7x	1,2x	1,2x	(0,2x)	(0,5x)	

(ii) Dívida líquida (ex-IFRS16) e Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM

A Dívida líquida (ex-IFRS16) é calculada pelo somatório de todas as dívidas contratadas pela Companhia, líquidas da posição de caixa e equivalentes de caixa, excetuados os passivos de arrendamento conforme metodologia do IFRS-16 e tem por objetivo representar os compromissos financeiros assumidos junto a terceiros em sua composição de capital.

O LAJIDA (EBITDA) LTM é calculado pelo somatório do LAJIDA (EBITDA) Ajustado dos últimos doze meses.

2.5 Medições não contábeis

A Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM é calculada pela divisão da Dívida líquida (ex-IFRS16) pelo LAJIDA (EBITDA) LTM e tem por objetivo representar a capacidade da Companhia em custear seu endividamento através da geração de recursos proveniente de suas operações recorrentes.

Endividamento (R\$ mm)	2022	2021	2020
Dívida bruta	428,9	494,6	280,0
Caixa e equivalentes de caixa	198,8	97,9	40,6
Dívida líquida	230,2	396,6	239,4
(-) Passivos de arrendamento	(11,1)	(13,7)	(4,8)
Dívida líquida (ex. IFRS-16)	219,1	382,9	234,6
EBITDA LTM	305,9	315,5	151,4
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,7x	1,2x	1,5x

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

Seguem abaixo conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas da Companhia.

(i) Ajustes de LAJIDA (EBITDA) (Em milhares de reais)

	Dexxos Participações		Dexxos Participações	
	12M22	12M21	4TRI 22	4TRI 21
Lucro do período antes das participações minoritárias	179.915	229.685	41.483	21.716
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	43.473	5.456	9.008	(42.556)
(+) Despesas Financeiras	114.759	76.854	16.659	28.528
(-) Receitas Financeiras	(58.645)	(57.922)	(7.785)	(6.092)
(+) Depreciações e amortizações	25.713	24.784	6.400	5.967
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	305.215	278.857	65.765	7.563
(-) Equivalência Patrimonial	(9.705)	(15.790)	(1.361)	(9.655)
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	-	-	-	-
(-) Ganho líquido alienação bens	-	772	-	-
(+) Honorários de exito Processos	2.876	4.648	2.876	1.248
(-) Creditos de Pis e Cofins s/lcms	-	(35.750)	-	(37)
(+) Honorários Sucumbência	3.200	-	-	-
(-) Propriedade para investimento	3.727	52.751	3.727	53.619
(+) Provisão crédito Guaxupé	-	27.446	-	27.446
(+) Comissão venda terreno	1.123	-	147	-
(-) Creditos de Pis e Cofins	(1.944)	-	-	-
(+) Honorários Adm Judicial	1.436	4.182	1.436	4.182
Outros ajustes	-	(1.583)	-	(683)
LAJIDA (EBITDA) ajustado	305.928	315.533	72.590	83.683

2.5 Medições não contábeis

(ii) Ajustes de Lucro líquido

	Dexxos Participações		Dexxos Participações	
	12M22	12M21	4TRI 22	4TRI 21
Lucro do período antes das participações minoritárias	179.915	229.685	41.483	21.716
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	-	-	-	-
Perda / Ganho Líquido na alienação de bens	-	772	-	-
Honorários de êxito de processos	2.876	4.648	2.876	1.248
Creditos de Pis e Cofins s/icms	-	(35.750)	-	-
Resultado financeiro relacionado ao credito de Pis e Cofins	-	(32.849)	-	(317)
Outros ajustes	-	(1.583)	-	(2.445)
Honorários de Sucumbência	3.200	-	-	-
Comissão terreno	1.123	-	147	-
Propriedade para investimento	3.727	52.751	3.727	53.620
Honorários Adm Judicial	1.436	4.182	1.436	4.182
Provisão crédito Guaxupé	-	27.446	-	27.446
Creditos de Pis e Cofins	(1.944)	-	-	-
IR/CS	(615)	(30.963)	144	(41.706)
Lucro líquido Ajustado	189.718	218.339	49.813	63.744
Acionistas controladores	157.902	185.269	40.052	55.420
Acionistas não controladores	31.815	33.070	9.761	8.324

(iii) Ajustes de Dívida líquida (ex-IFRS 16)

Endividamento (R\$ mm)	2022	2021	2020
Dívida bruta	428,9	494,6	280,0
Curto prazo	149,5	232,3	95,1
Bancos	107,6	133,7	30,6
Antecipação de Recebíveis ⁽¹⁾	-	53,1	18,1
Impostos	38,5	42,2	42,5
Fornecedores (RJ)	0,8	0,7	0,7
Passivos de arrendamento ⁽²⁾	2,6	2,7	3,2
Longo prazo	279,4	262,2	185,0
Bancos ⁽³⁾	188,9	148,7	56,4
Impostos	72,3	93,5	119,3
Fornecedores (RJ) ⁽³⁾	9,8	9,0	7,6
Passivos de arrendamento ⁽²⁾	8,5	11,0	1,7
Caixa e equivalentes de caixa	198,8	97,9	40,6
Dívida líquida	230,2	396,6	239,4
(-) Passivos de arrendamento	(11,1)	(13,7)	(4,8)
Dívida líquida (ex. IFRS-16)	219,1	382,9	234,6
EBITDA LTM	305,9	315,5	151,4
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,7x	1,2x	1,5x

Nota (1): Até 2018 as antecipações de recebíveis eram contabilizadas no contas a receber e não no passivo de curto prazo. Na tabela acima foi feito um ajuste pro-forma para refletir as antecipações de recebíveis no passivo circulante desde 2015.

Nota (2): A partir de 2019, a Companhia adotou a metodologia do IFRS-16 e passou a contabilizar o arrendamento como um passivo.

Nota (3): Ajuste a valor presente em empréstimos e fornecedores (RJ) considerado retroativamente desde dezembro de 2016. Vide nota explicativa 2.2 (e) das DF's.

c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

2.5 Medições não contábeis

A Companhia acredita que as medidas não contábeis apresentadas nesta seção e nas seções 1 e 2 deste Formulário de Referência representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis da Companhia apresentadas neste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 8 de fevereiro de 2023 foi tomada a decisão pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”), por unanimidade de votos, a qual considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso o STF se pronuncie ainda que posteriormente em sentido contrário, após consulta aos advogados que patrocinam causas tributárias para a Companhia e suas controladas, não foram identificados qualquer processo que seja afetado pela referida decisão.

2.7 Destinação de resultados

	Exercício Social encerrado em 31/12/2022	Exercício Social encerrado em 31/12/2021	Exercício Social encerrado em 31/12/2020
a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202,</p>	<p>De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202,</p>	<p>De acordo com o Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202,</p>

2.7 Destinação de resultados

	parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.	parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.	parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.
a.i) Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$159,2 milhões, sendo que R\$134,1 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$8,0 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$47,5 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R\$78,6 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$220,3 milhões, sendo que R\$ 185,9 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$ 11,0 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$ 103,2 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R\$ 71,7 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$122,5 milhões, sendo que R\$ 100,4 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$ 6,1 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$ 1,7 milhão à Reserva de Lucros a Realizar, R\$ 71,4 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R\$ 21,2 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 29,8% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 49,4% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 46,8% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 32,5% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, o montante total da reserva de lucros a realizar corresponde a 1,4%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 58,3% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 17,3% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da

2.7 Destinação de resultados

	<p>reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório.</p> <p>A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá,</p>	<p>reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório.</p> <p>A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p>	<p>reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório.</p> <p>A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p>
--	--	--	--

2.7 Destinação de resultados

	<p>por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente.</p> <p>Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.</p>	<p>A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente.</p> <p>Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.</p>	<p>A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente.</p> <p>Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p> <p>O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o</p>	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p> <p>O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o</p>	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p> <p>O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o</p>

2.7 Destinação de resultados

	levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.	levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.	levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.
d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	N/A.	N/A.	N/A.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política de destinação de resultados. Entretanto, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br)	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía política de destinação de resultados. Entretanto, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br)	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política de destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

- (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

- (iii) contratos de construção não terminada

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de construção não terminada evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

- (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31/12/2022, a controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. possuía R\$ 7,7 milhões de saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido diferidos não evidenciados em seu ativo nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- (a) *Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

O saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre o lucro líquido diferidos não evidenciados nas demonstrações financeiras e contemplados no item 2.8 poderá ser utilizado futuramente para redução de valores de IRPJ e CSLL a pagar.

- (b) *Natureza e o propósito da operação*

Natureza e propósito já contemplados no item 2.8

- (c) *Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Natureza e montante já contemplados no item 2.8

2.10 Planos de negócios

a) investimentos

O Plano de Negócios da Companhia é lastreado em determinadas premissas e expectativas de mercado e crescimento, utilizando-se de determinadas tendências futuras que afetam ou podem vir a afetar a Companhia.

Embora a Companhia acredite que essas premissas sejam razoáveis e baseadas em expectativas da operação, as mesmas estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições, e que podem ser afetadas por diversos fatores como, por exemplo: (i) conjuntura econômica; (ii) intervenções governamentais; (iii) alterações na legislação vigente; (iv) alterações no mercado financeiro; e (v) eventos de força maior.

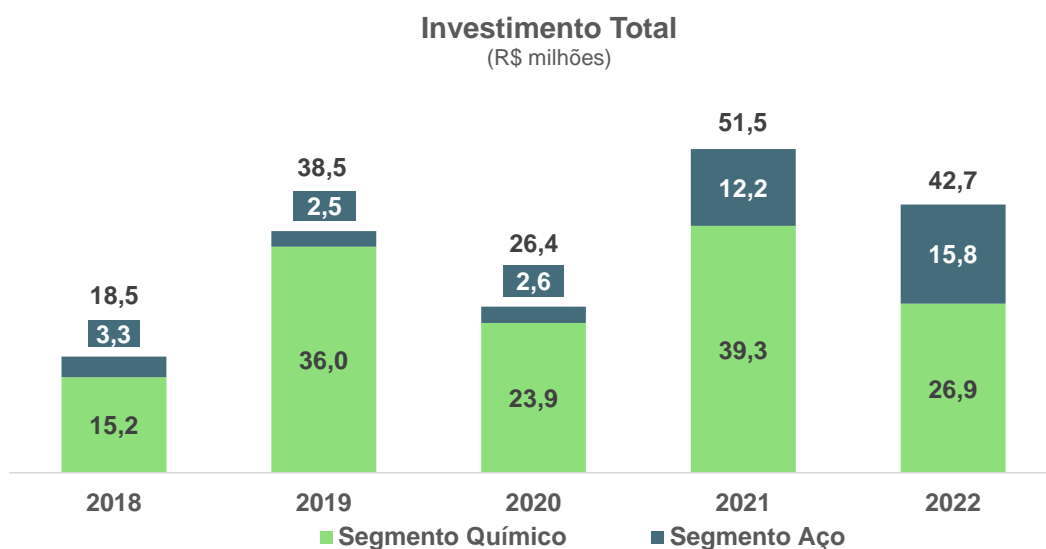
i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia (e suas Controladas) tem realizado investimentos estratégicos o que vem impulsionando o seu crescimento e competitividade no mercado.

Nesse sentido, o Plano de Negócios objetiva reforçar as unidades produtivas da Companhia nas seguintes frentes:

- Melhorias em processos produtivos e sistemas visando maior eficiência tecnológica e aprimoramento da qualidade dos produtos oferecidos com confiabilidade para atender às exigências técnicas, industriais e mercadológicas.
- Expansão da capacidade produtiva devido ao aumento na demanda pelos seus produtos, gerando uma oportunidade de ampliação das operações da Companhia, tanto no segmento de aço quanto segmento químico.
- Ampliação de portfólio de produtos com o objetivo de diversificar as receitas das unidades do segmento aço e químico, utilizando-se dos *sites*, infraestrutura e *know-how* de cada operação.

Nos últimos 5 anos, os investimentos realizados pela Companhia, através de suas controladas, totalizaram R\$ 177,7 milhões, sendo R\$ 42,7 milhões somente no último ano, conforme gráfico abaixo.



Em linha com seu Plano de Negócios, a Companhia pretende seguir com a execução de seus investimentos, buscando desenvolver suas operações e continuar oferecendo produtos de alta

2.10 Planos de negócios

qualidade com eficiência em seus processos industriais. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia objetiva, sujeito às condições de mercado, investir aproximadamente R\$ 54,3 milhões, sendo: (i) R\$ 10,0 milhões destinados ao segmento aço; e (ii) R\$ 44,3 milhões destinados ao segmento químico.

Investimento	Exercício de 2023 (em R\$ mil)
Segmento Químico	R\$ 44.300
Segmento Aço	R\$ 10.000
Investimento Total	R\$ 54.300

ii. fontes de investimentos

A Companhia e suas Controladas vêm utilizando recursos próprios e financiamentos bancários para realização de seus investimentos.

A estrutura de capital consolidada da Companhia pode ser verificada através da alínea b “Estrutura de capital” constante ao item 2.1 deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia conduziu o processo de desinvestimento de ativos não operacionais através de: (i) venda dos ativos da unidade descontinuada de metanol em Benfica (RJ); e (ii) nos termos do plano de recuperação judicial, de alienações de partes do terreno de Benfica (RJ), através das quais a Companhia alienou pelo montante aproximado de R\$60 milhões entre 2019 e 2020. Adicionalmente, em 2021, a Companhia celebrou acordo comercial para alienação de partes do terreno de Benfica (RJ) pelo valor de aproximadamente R\$60 milhões, já tendo recebido R\$57,5 milhões em 2022.

Em 3 de abril de 2023, a Companhia divulgou ao mercado a assinatura do acordo comercial para alienar a última parte da área do referido terreno, pelo valor de aproximadamente R\$11,5 milhões, como continuidade ao seu plano de monetização de ativos não operacionais.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos

A administração da Companhia avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes, visando adequar e atualizar da maneira mais eficiente a sua capacidade instalada, sempre na busca pelo melhor retorno ao investimento realizado e conformidade com as exigências ambientais para atender futuras necessidades de mercado.

Durante o exercício social de 2022, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio do segmento aço, com a aquisição de equipamentos e soluções para o fornecimento de estruturas com valor agregado, inclusive para o setor de energia fotovoltaica.

c) novos produtos e serviços

A administração a Companhia avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes em diversos setores, visando adequar e atualizar a oferta de produtos e serviços de acordo com as necessidades e oportunidades de mercado, em consonância com sua estratégia de buscar crescimento e diversificação.

2.10 Planos de negócios

Durante o exercício social de 2022, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio do segmento aço, com a aquisição de equipamentos e soluções para o fornecimento de estruturas com valor agregado, inclusive para o setor de energia fotovoltaica.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, o segmento aço se destacou com o avanço no desenvolvimento de produtos destinados a atender às necessidades do segmento de energia fotovoltaica, como resultado do investimento realizado no ano anterior. Neste ano, os produtos destinados ao setor de energia fotovoltaica representaram aproximadamente 20% do portfólio do segmento aço.

Em paralelo, a Companhia segue administrando os temas relacionados a questões ASG de maior materialidade para os setores de sua atuação, com o compromisso de seguir aprimorando o monitoramento de seus indicadores, visando a evolução constante de sua agenda.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia entende que as seguintes informações merecem destaque:

a) Em 24 julho de 2013, a Companhia e suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (em conjunto, as "Recuperandas") apresentaram Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de novembro de 2013 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 2013. O PRJ foi aditado, conforme deliberação dos credores em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de outubro de 2016 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 16 de novembro de 2016, o que foi informado ao mercado em geral e aos acionistas da Companhia através de Fato Relevante divulgado em 18 de novembro de 2016. Em 20 de dezembro de 2019, o Administrador Judicial reconheceu o cumprimento substancial e regular das obrigações estabelecidas no aditivo ao Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas. Em 04 de fevereiro de 2020 o Ministério Público apresentou parecer favorável ao encerramento do processo de recuperação judicial. Em 12 de novembro de 2020, foi disponibilizada nos autos do processo de Recuperação Judicial sentença declarando o cumprimento das obrigações previstas no PRJ e seu respectivo aditivo durante o período de inspeção judicial, de 2 (dois) anos, e declarando o encerramento do processo de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas. Em 31 de agosto de 2021, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia, foi disponibilizada nos autos do referido processo certidão de trânsito em julgado da sentença de encerramento da Recuperação Judicial.

A Companhia entende que a saída da Recuperação Judicial pode ser benéfica para suas operações e seus acionistas, tendo em vista que poderá proporcionar diversas medidas positivas, incluindo, mas não se limitando a: (i) uma melhor estrutura de financiamento junto a fornecedores e bancos; (ii) melhor acesso à linhas de crédito, ampliando as possibilidades e alternativas junto a instituições financeiras; e (iii) viabilidade de captação de dívidas de longo prazo para realização de novos investimentos.

b) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de agosto de 2021, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) publicada em 14 de maio de 2021, na qual restou definido, em repercussão geral, que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, as sociedades controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A. ("Controladas") tiveram seu resultado positivamente impactado (apesar de não serem parte diretamente do referido julgado), com o reconhecimento de, aproximadamente, R\$ 68,6 milhões de créditos tributários sendo, aproximadamente, R\$ 35,8 milhões de principal e R\$ 32,8 milhões de atualização monetária.

Destaca-se que o montante *supra* indicado foi contabilizado e refletido nas demonstrações financeiras das Controladas e da Companhia dos dois primeiros trimestres de 2021 e que tais créditos são principalmente compensados com débitos tributários federais, esperando-se que sejam consumidos dentro do período de um ano.

c) Em 16 de dezembro de 2021, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia no dia seguinte, as investidas da Companhia Apolo Tubulars S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (em conjunto, as "Investidas") firmaram abertura de crédito, com emissão de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), junto à Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, no valor total de R\$ 96 milhões. A Companhia figura como avalista e devedora solidária desta linha de crédito.

Em 15 de março de 2022, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia, as Investidas obtiveram confirmação de que satisfazem todas as condições precedentes estabelecidas na CCB obtendo, nesta data a liberação dos recursos objeto da respectiva linha de crédito.

A contratação da linha de crédito em questão trata-se de importante operação para dar suporte aos planos de desenvolvimento de negócio das Investidas.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

d) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química S.A. (“GPC Química”) celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar determinados imóveis de sua propriedade, não explorados no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ (“Operação”).

Com a concretização da Operação o montante total é de R\$ 60 milhões, de acordo com o cronograma de pagamento estabelecido no acordo comercial da Operação, no qual já foram recebidos R\$ 57,5 milhões.

Adicionalmente, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 4 de maio de 2022, em referência ao Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química, após satisfazer a condição precedente estabelecida em acordo comercial celebrado, concluiu a alienação de determinados imóveis de sua propriedade para a DF3 Empreendimentos S.A., sociedade integralmente controlada por ICSTI RIO TERMINAL 1 S.A. Com isso, a Companhia conclui mais uma etapa de seu plano de monetização de ativos não operacionais.

e) Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 3 de abril de 2023, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar a área de sua propriedade não explorada no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Com a concretização da operação, a GPC Química receberá novos recursos no valor total de R\$ 11.450.000,00, de acordo com o cronograma de pagamento estabelecido no acordo comercial da operação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos e gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

Considerando a sua característica de *holding*, a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos e riscos de mercado. Contudo, a Companhia vivencia riscos operacionais ligados às atividades de suas controladas. A fim de gerir tais situações, a Administração da Companhia e de suas controladas atua de forma a dirimir os impactos em questão, sempre em consonância aos poderes estabelecidos nos respectivos Estatutos Sociais.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Não se aplica, já que a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, já que a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As principais práticas de controles internos da Companhia e de suas controladas se dão de forma a assegurar o fiel cumprimento das normas e atribuições de poderes estabelecidas nos respectivos Estatutos Sociais, incluindo a adoção de Programa de Integridade e Conformidade e Código de Ética e Conduta.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observadas as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, além das disposições legais e estatutárias pertinentes.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Gerência de Finanças e Controles em conjunto com a Auditoria Externa.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O ambiente de controles internos foi avaliado por uma auditoria independente e os tópicos foram elencados em Relatório Circunstanciado. A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras e concluiu que os controles internos fornecem conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação e elaboração das demonstrações financeiras, sendo considerados efetivos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores da Companhia, na busca pelo aprimoramento contínuo de seus processos de controle, avaliaram as recomendações com base na relevância, na probabilidade e na possível magnitude de distorções reportadas pelo auditor independente e consideraram que os planos de ação definidos estão adequados para a correta implementação.

5.3 Programa de integridade

a) **se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

i) ***os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, aplicáveis a todos os Administradores, Empregados e Terceiros, bem como quaisquer outros que atuem em nome da Companhia, que mantenham ou queiram manter, relações comerciais com a Companhia, visando assegurar que os negócios sejam conduzidos à luz das normas legais, da ética e integridade, seguindo as melhores práticas de governança são:

- i) **Código de Ética e Conduta:** cuja finalidade é orientar quanto à conduta esperada daqueles que atuam em nome da Companhia e reforçar que a Companhia não é conivente com práticas de suborno ou corrupção;
- ii) **Leis Anticorrupção:** Todas as Leis Brasileiras ou Estrangeiras, incluindo, mas não limitada ao Código Penal Brasileiro, Lei da Empresa Limpa (Lei 12.846/2013) e seu respectivo Decreto Regulamentador (11.129/2022), Foreign Corrupt Practices Act - FCPA, Sarbanes-Oxley Act, UK-Anti Bribery Act, entre outras;
- iii) **Departamento de Compliance:** responsável pela investigação e tratamento de potenciais descumprimentos de disposições legais, regulamentos, políticas e códigos internos, fraude ou erro daqueles que exercem atividades para ou em nome da Companhia;
- iv) **Treinamento de Compliance:** realizado periodicamente para 100% de seus empregados/administradores, com o objetivo de incentivar a adesão ao Programa de Compliance, bem como prevenir, detectar ou remediar potenciais ocorrências de violações ao Código de Ética e Conduta ou legislação correlata;
- v) **Due Diligence de Terceiros:** para contratação de fornecedores ou prestadores de serviços deve ser realizada pesquisa prévia a fim de identificar a existência de inconformidades capazes de inviabilizar a contratação;
- vi) **Canal de Denúncia:** a Companhia possui Canal de Denúncia terceirizado e independente, garantido o anonimato se assim o denunciante desejar, disponível 24 horas.

Ademais, os riscos são reavaliados periodicamente e os procedimentos e as práticas adaptados conforme necessário.

ii) ***as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

Compete ao Departamento de Compliance, instituído pela Diretoria Executiva da Companhia, monitorar a eficiência e o funcionamento da efetividade do Programa de Compliance, apresentando aos membros do Conselho de Administração da Companhia relatórios periódicos acerca da origem, quantidade, natureza, classificação do risco e diagnóstico das denúncias recebidas pela Companhia e/ou sociedades por ela controladas, com resumo dos fatos relatados, a penalidade aplicada quando cabível e justificativa correlata.

iii) ***se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

5.3 Programa de integridade

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;*

A Companhia possui Código de Ética e Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de junho de 2021, o qual se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados, bem como terceiros que atuem em nome da Companhia ou que mantenham, ou queiram manter, relações comerciais com a Companhia.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*

Os treinamentos de *compliance* são aplicados anualmente a todos os membros do conselho de administração, conselho fiscal, diretoria e empregados.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;*

As sanções disciplinares aplicáveis estão previstas no Item 9 do Código de Ética e Conduta e na legislação vigente, podendo ser aplicada advertência por escrito, suspensão, destituição, término do vínculo empregatício ou da relação contratual de negócios, conforme o caso.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

O Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de junho de 2021 e pode ser consultado no website da Companhia.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;*
- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;*
- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;*
- *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.*

A Companhia possui canal de denúncia terceirizado e independente, disponível 24 horas, acessível tanto para empregados quanto para terceiros, sendo garantido o anonimato se assim o denunciante desejar. Os canais de denúncia (link e telefone de acesso) estão disponíveis no site da Companhia.

O Departamento de *Compliance* é o órgão competente para apuração dos fatos relatados na denúncia.

c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

A Companhia e seus administradores não cometeram fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

5.3 Programa de integridade

d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

As práticas da Companhia voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública e contra o público em geral estão descritas no Código de Ética e Conduta da Companhia.

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como em suas práticas de gerenciamento dos mesmos.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia julga não haver outras informações relevantes acerca de gerenciamento de riscos e controles internos.